

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1072 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 18 de Junho de 2012 Publicação: Terça-feira, 19 de Junho de 2012

### RESOLUÇÃO N. 14 DE 15 DE JUNHO DE 2012.

Dispõe sobre o Serviço de Informações ao Cidadão no Superior Tribunal de Justiça.

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e considerando a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Resolução CNJ n. 102, de 15 de dezembro de 2009 e o Ofício-Circular n. 221/GP de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Justiça, *ad referendum* do Conselho de Administração,

#### RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no Superior Tribunal de Justiça, o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC nos termos do art. 9º da Lei n. 12.527/2011, de modo a assegurar o direito fundamental de acesso a informações.

§ 1º O SIC será operacionalizado por meio da Central de Atendimento ao Cidadão e compreenderá:

I – divulgação, no portal da internet, para acesso público, de informações de interesse coletivo ou geral;

II – disponibilização de meios para qualquer interessado, pessoa natural ou jurídica, solicitar informações;

III – disponibilização de equipamento para o próprio interessado consultar informações.

Art. 2º O Comitê Gestor do Portal do Tribunal adotará as providências necessárias para garantir permanente atualização no portal das informações de que trata o inciso I do art. 1º.

Art. 3º Os pedidos de acesso a informações produzidas ou custodiadas pelo STJ poderão ser apresentados:

I – eletronicamente, por meio de formulário disponível no portal na internet;

II – por carta endereçada à Ouvidoria: SAFS – Setor de Administração Federal Sul – Quadra 06 – Lote 01 – Trecho III, Brasília/DF, CEP 70.095-900;

III - presencialmente, na Central de Atendimento ao Cidadão, no período compreendido entre as 7h e as 19 h.

§ 1º O pedido de informações de que trata o *caput* deve conter a identificação do requerente, incluindo o CPF, e a especificação das informações pretendidas.

§ 2º Não serão exigidos os motivos determinantes da solicitação de

§ 3º O fornecimento das informações é gratuito, salvo se houver necessidade de reprodução de documentos, situação em que será cobrado, exclusivamente, o valor relativo ao custo da reprodução.

§ 4º A Central de Atendimento ao Cidadão disponibilizará ao requerente a guia de recolhimento da União – GRU para pagamento do custo da reprodução de documentos.

§ 5º A disponibilização dos documentos reproduzidos fica condicionada à comprovação do pagamento do custo da reprodução.

§ 6º Estão isentos do pagamento de que trata o § 5º deste artigo os que se declararem pobres nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 4º Compete à Ouvidoria receber, registrar, controlar e atender aos pedidos de acesso a informações; para atender as informações, a Ouvidoria consultará as unidades administrativas competentes.

§ 1º São consideradas unidades administrativas competentes os gabinetes de ministro, gabinetes do diretor-geral e do secretário-geral da presidência, as secretarias, as assessorias, as representações do Tribunal, as coordenadorias, as comissões permanentes e as seções.

§ 2º Os titulares de unidades administrativas são responsáveis pelas informações de que trata o *caput* deste artigo, no âmbito de sua competência.

§ 3º As unidades deverão responder às consultas de que trata o *caput*, no prazo máximo de 15 dias após o envio eletrônico delas.

§ 4º O prazo referido no § 3º deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 5º O prazo entre o recebimento do pedido de informações e a resposta ao interessado não poderá ser superior a 20 dias, exceto na hipótese do § 4º deste artigo, que não deverá ultrapassar 30 dias.

§ 6º Na impossibilidade de atendimento ao pedido de acesso a informações, este será encaminhado ao diretor-geral.

Art. 5º O diretor-geral poderá indeferir o pedido de informações justificadamente, nas seguintes hipóteses:

- I – informações que não sejam produzidas ou custodiadas pelo Tribunal;
- II – informações a respeito de processos que tramitem em segredo de justiça, só acessíveis às partes e seus advogados;
- III – informações protegidas por sigilo ou segredo de justiça nos termos da Lei n. 12.527/2011;
- IV – informações pessoais, assim consideradas as que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, nos termos dos arts. 6º e 31 da Lei n. 12.527/2011;
- V – pedidos genéricos, desproporcionais ou desarrazoados;
- VI – pedidos que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 1072 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 18 de Junho de 2012 Publicação: Terça-feira, 19 de Junho de 2012  
consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados  
que não seja de competência da unidade.

§ 1º Para os fins do inciso IV deste artigo, consideram-se informações pessoais, entre outras, o endereço, o telefone residencial e celular, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, a carteira de identidade (RG), a carteira funcional e o passaporte de magistrados e servidores.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as unidades administrativas de que trata o § 1º do art. 4º deverão, caso tenham conhecimento, indicar o órgão ou entidade que detêm a informação.

§ 3º As razões do indeferimento do pedido de informações deverão ser encaminhadas ao requerente.

Art. 6º Indeferido o pedido de informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 dias, a contar da sua ciência.

§ 1º No caso de indeferimento por meio eletrônico, o prazo para o recurso será contado a partir da data de envio da resposta ao endereço eletrônico informado pelo próprio solicitante.

§ 2º O recurso será dirigido ao presidente do Tribunal.

§ 3º A autoridade deverá manifestar-se sobre o recurso no prazo de 5 dias, em caráter definitivo.

§ 4º Mantido o indeferimento, a autoridade encaminhará cópia da sua decisão ao Conselho Nacional de Justiça (art. 19, § 2º, da Lei n. 12.527/2011).

Art. 7º Compete ao diretor-geral baixar as normas complementares para a execução das disposições desta resolução, bem como responder pelas atribuições previstas no art. 40 da Lei 12.527/2011.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o § 3º do art. 1º da [Resolução n. 12 de 30 de maio de 2012](#).

Ministro ARI PARGENDLER